



# O DISCURSO DE MILHÕES E O DISCURSO DE CENTAVOS: COMO OS JOVENS BRASILEIROS SÃO LIDOS NAS REDES SOCIAIS PELA CAMPANHA #SEUVOTOIMPORTA E SUAS RELAÇÕES COM A DESIGUALDADE EDUCACIONAL

Judy Maria de Amorim<sup>1</sup>  
Mariana Maria Alcântara Gomes<sup>2</sup>  
Joyciesdras Leandra Silva Costa dos Santos<sup>3</sup>  
Jéssika Wanessa dos Santos Miranda<sup>4</sup>

## RESUMO

O trabalho é fruto de reflexões realizadas na disciplina de Desigualdade Social no curso de licenciatura em Ciências Sociais na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), explorando como os jovens brasileiros entre 16 e 17 são lidos nas redes sociais perante a campanha Seu Voto Importa. A emissão do Título de Eleitor é o ponto de partida para a identificação dos discursos realizados no Twitter e Instagram, que movimentaram seu público para sanar uma preocupação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE): a baixa participação registrada dos jovens no processo eleitoral. Com base nessas movimentações, o presente trabalho busca analisar a relação entre a responsabilização dos jovens lidos como “desinteressados” e o discurso oculto sobre as desigualdades educacionais que reverberam no país, a partir das ideias do autor Alejandro Moreno acerca da cidadania, posições sociais e direito ao voto.

**Palavras-chave:** Juventude, Redes sociais, Formação cidadã, Desigualdade educacional.

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, [judy.amorim@ufpe.com](mailto:judy.amorim@ufpe.com);

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, [mariana.alcantara@ufpe.com](mailto:mariana.alcantara@ufpe.com);

<sup>3</sup> Graduanda do Curso de licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, [joyciesdras.costa@ufpe.com](mailto:joyciesdras.costa@ufpe.com);

<sup>4</sup> Professora orientadora: Mestra em Sociologia pela Fundação Joaquim Nabuco, [jessikawmiranda@gmail.com](mailto:jessikawmiranda@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

As redes sociais têm se configurado palco de mobilizações sociais, além de representar um espaço aberto para o diálogo de inúmeros discursos que retratam as desigualdades sociais presentes no cenário brasileiro, seja enquanto um lugar que proporcione o engajamento para esses discursos, seja enquanto um ambiente de negação dessas desigualdades. Em qual for a direção, o certo é que as redes sociais são vistas como um dos principais caminhos para dialogar com uma população jovem.

Não à toa, em fatos recentes o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) encontrou no ambiente das redes sociais, uma oportunidade de mobilizar jovens entre 16 e 17 anos de idade para retirarem seu título eleitoral e efetivarem sua participação cidadã nas próximas eleições, que ocorrem ainda no ano de 2022. Diante desse cenário, o trabalho em questão é o resultado das discussões realizadas no Curso de Licenciatura em Ciências Sociais na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) no decorrer da disciplina de Desigualdade Social<sup>5</sup>, que levantou indagações sobre alguns dos reflexos existentes entre a mobilização para a emissão do título de eleitor com seu público alvo e sua relação com a desigualdade educacional brasileira.

No período de 13 de setembro a 31 de dezembro do ano de 2021, a mobilização do TSE ganhou visibilidade também pelos veículos de comunicação televisivos. Através da campanha Jovem Eleitor, foi compartilhada a noção protagonista que os jovens podem exercer nas futuras eleições sob o uso de frases como “Eu voto porque eu posso” e apoiadas na Hashtag "Bora Votar". A campanha ganhou seus primeiros destaques, ao longo do período de setembro de 2021 a 4 maio de 2022 seguiu em conjunto à outras mobilizações como #SeuVotoFazoPaís, #ORolêDasEleições, #SeuVotoImporta e se associou a representações de figuras públicas como blogueiras, digitais influencers, cantoras como Anitta e até mesmo o diálogo com artistas externos, como o norte-americano Leonardo DiCaprio.

Estas mobilizações surtiram um efeito impactante no quantitativo da retirada do título eleitoral e transformaram o cenário previsto para o pleito eleitoral de 2022, anteriormente continha a menor participação dos jovens entre 16 e 18 anos desde o retorno à democracia

---

<sup>5</sup> Disciplina cursada no sétimo período do curso de licenciatura em ciências sociais na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) durante o ano de 2022, ministrada pelo professor Doutor em Sociologia Iuri Tonelo e pelo professor Doutor em Sociologia Guilherme Figueredo Benzaquen.



brasileira, em 1985, e agora possui cerca de 2,04 milhões de novos eleitores nessa faixa de idade registrados para votar em 2022.

Apesar da notória relevância contida nas recentes mobilizações, é preciso alongar os discursos que foram tomados nesse mesmo espaço que promoveu mutirões para a regularização do título: as redes sociais. Toda essa repercussão gerou comentários que neste trabalho ganham o caráter de leituras e interpretações sobre uma suposta necessidade de os jovens cumprirem seu papel cidadão. Assim, o título do trabalho contempla o termo “discurso de milhões”, uma fala comum nas redes sociais que se refere a um discurso importante, que possui relevância, ou um discurso que representa a sensatez sobre aquilo que se está sendo compartilhado nas redes. Já o “discurso de centavos”, faz menção a um discurso pobre na sua notoriedade e em sua relevância com o conteúdo exposto.

As contraposições do discurso de milhões e do discurso de centavos, a partir dos comentários analisados, estão centradas em uma leitura desigual entre os sujeitos da relação. Enquanto os jovens são interpretados como desinteressados politicamente, representando uma atitude de centavos, outras figuras públicas referenciadas são estimadas como agentes mobilizadores do engajamento político, lidos como os representantes do discurso/atitude de milhões que utilizam as ferramentas digitais para expressar sua cidadania e incentivar os demais.

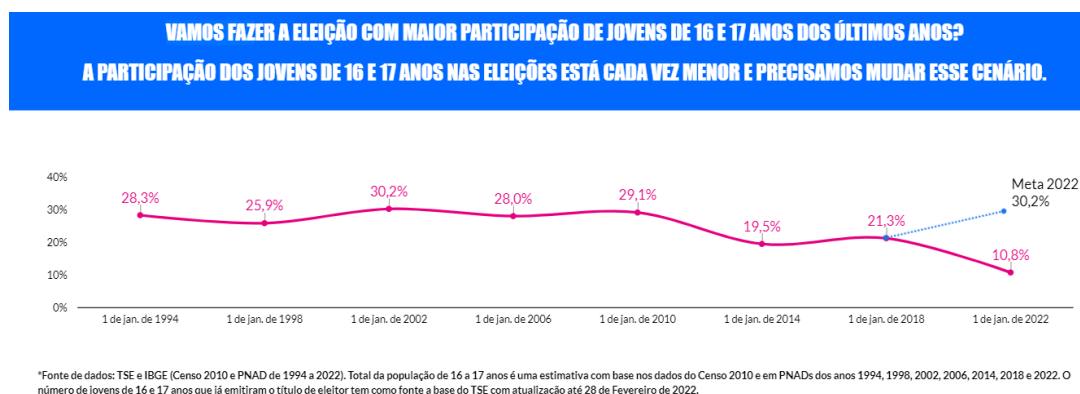
É nesse caminho que o trabalho pretende discutir os aspectos de alguns comentários circulados nas redes sociais ao longo da atuação da campanha “SeuVotoImporta”. Investigando a proximidade das interpretações realizadas sobre os jovens brasileiros, a um discurso colonizador relacionado diretamente com as disputas encontradas no atual cenário político brasileiro que antecedem as eleições presidenciais.

Evidenciando ainda o cenário de enfrentamento a pandemia da Covid-19, as desigualdades educacionais foram tratadas com descuido ou ligeiramente negligenciadas pela proposta mobilização nas redes sociais para a retirada do título. Considerando que em sua formação educacional, parte do público alvo da campanha esteve imerso em um período conturbado para a educação brasileira, fazendo o uso de estratégias pedagógicas alternativas para o acompanhamento de seu desenvolvimento crítico e formação cidadã.

## **MOBILIZANDO OS JOVENS: ORIGEM E LEITURAS NAS REDES SOCIAIS**

A mobilização em alguns âmbitos ganhou todo o caráter típico de um marketing digital, organizações como Girl Up e Quid até construíram um site intitulado “Olha o barulhinho” fazendo referência a sonoridade emitida ao apertar o botão “confirma” nas urnas eletrônicas de votação, e esse mesmo som também foi divulgado como áudio disponível em redes como o TikTok. Os dados encontrados na imagem abaixo (figura 1) são ofertados pelo site mencionado e retratam a preocupação inicial do TSE em iniciar propagandas para retomar aos jovens o exercício do voto, o próprio site tinha como meta subir de 10,8% desses jovens para 30,2%. Retratando assim, uma meta de aumento de aproximadamente 20% de jovens como cidadãos eleitorais, mas é possível analisar através do título, assim como do site em si que existe uma preocupação muito genérica dessa inclusão de jovens como cidadãos institucionais.

Figura 1 - Gráfico sobre o quantitativo de jovens entre 16 e 17 anos que emitiram o título de eleitor entre janeiro de 1994 a janeiro 2022.



Fonte: Central do Barulhinho.

É válido ressaltar que esses dados não estão à toa, pois segundo a Constituição de 1988 ainda vigente, no Art. 3º “O voto no plebiscito é obrigatório para maiores de dezoito anos e facultativo para analfabetos, maiores de setenta e maiores de dezesseis, menores de dezoito anos.” (BRASIL, 1988, Art.3). Esse foi um cenário de conquista na história do direito ao voto no Brasil, tendo em vista que ainda depois da Proclamação da República, em 1889, o voto ainda não era direito de todos, menores de 21 anos, mulheres, analfabetos, mendigos, soldados rasos, indígenas e integrantes do clero estavam impedidos de votar (AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, ANO 2008). Por isso, a efervescência de assegurar a participação no eleitorado brasileiro à população mais jovem, faz referência também ao percurso histórico

percorrido pelo direito jurídico de reconhecer grupos sociais tidos como excluídos, como alguém pleno ao exercício cidadão da democracia.

Em primeiro lugar, trabalhamos com a clareza de que não se pode confundir o direito ao voto com o reconhecimento da cidadania, seguindo os escritos de Alejandro Moreno sobre as posições sociais distintas existentes em uma mesma sociedade, ele faz suas reflexões repensando justamente os grupos excluídos em um todo social, compreendendo que “o processo de marginalização era pensado como reversível e para isso se encaminharam reformas, políticas e capacitações” (MORENO, 2005. p. 88), pois antes se pensava os excluídos como aqueles que seriam marginalizados, porque estando à margem da sociedade seriam alcançáveis em algum ponto da simbólica fronteira construída por aqueles não-marginalizados. Entretanto, o autor retoma que não se pode falar sobre grupos marginalizados, mas sim sobre grupos excluídos, pois todos os esforços para reverter à margem para o centro, teriam fracassado. É nesse sentido que nos perguntamos sobre como o exercício da cidadania opera sobre os excluídos e os que não fazem parte deste grupo, em diálogo com essa temática, Alejandro Moreno (2005) enfatiza que:

Superar a exclusão e conquistar a equidade teria que ser entendido, portanto, em relação ao mercado e a cidadania, uma cidadania, por outro lado, inseparável do mercado. Tratar-se-ia, pois, de um discurso econômico e político, coerente com os objetivos estipulados para o mesmo, especialmente o segundo. (MORENO, 2005. P. 88).

Nesse caminho, quando se pensa a necessidade da participação dos jovens “ocupando” o cenário eleitoral estamos também falando sobre o exercício de uma cidadania que segue uma lógica emergente, a lógica desse “discurso político” que possui objetivos traçados para o cenário da mobilização eleitoral, ao que nas redes sociais se relaciona com a dicotomia de uma esquerda e direita política brasileira tão estigmatizada, na figura 2 é possível notar dois exemplos desse retrato de mobilização, sendo ela fortemente concentrada nesses dois polos identificados nas redes sociais.

Figura 2: Imagens retiradas do Twitter em formato Screenshot, a primeira representa a #JovensComBolsonaro, enquanto que a segunda menciona a #Lula13Presidente.





A primeira indagação a se fazer é se perguntar quais impressões são elencadas na busca por inclusão dos excluídos — os jovens —, pois a problemática se movimenta entre o quantitativo baixo de jovens que tiraram o título de eleitor ou os seus “desinteresses” pela finalidade de uma função cidadã mediada à pressão dos embates ideológicos que carregam os cenários da próxima eleição, para possuir um maior contingente de reposição dos candidatos antagônicos entre as problemáticas aparentes. Incluir jovens à cidadania nesse sentido, parece que se reduz a sua participação nas eleições de 2022, em uma cidadania que pouco serve aos que pretendem incluir, mas que aparenta servir por ser uma estratégia maquiada de inclusão, é preciso considerar que esse é um caminho de reformulação que também fracassa.

O fracasso não está representado no quantitativo aos olhos da vitória do novo número de eleitores, ele está contido em suas desigualdades paralelas, em possíveis reflexões para além do discurso de milhões: “vamos jovens, votem”, reflexões que poucos são mencionadas ou dialogadas nesse percurso: Qual é o perfil dos jovens brasileiros? Eles são jovens enquanto um grupo homogêneo? Qual a realidade da desigualdade educacional em que jovens se encontram na presença de quase dois anos de ensino remoto durante a pandemia da covid-19 e agora com o retorno presencial nas escolas públicas esses impactos evidenciam algo sobre sua cidadania? Podemos considerar cidadania como esse discurso político mercadológico, ou seguimos com um ideal de cidadania enquanto base da construção do coletivo? Nem todas estas perguntas podem ser respondidas neste ensaio, mas elas trazem à tona um caminho longo de desigualdades que podem ser encontradas e discutidas a partir do “discurso de milhões” das redes sociais.

Ainda sobre as contribuições de Alejandro Moreno, queremos dialogar com o foco central deste ensaio: perceber as leituras que foram feitas nas redes sociais ao longo desta campanha. A primeira ressalva cabe refletir como os jovens são majoritariamente citados e lidos pelo público eleitor enquanto aqueles que precisam atender ao chamado da cidadania, romper a fronteira, parecer ou fazer parte daquilo que estão chamando de “ser cidadão”, Alejandro pergunta sobre “Quem fala de exclusão? De onde se fala de exclusão? Parece-me claro que o discurso da exclusão se pronuncia do lugar dos incluídos, e que o pronunciam os incluídos.” (MORENO, 2005. P. 88).

Para alongar essa discussão vejamos a Figura 3, nela consta algumas das estratégias utilizadas pela cantora Anitta para intervir na mobilização aos jovens, o interessante de se observar neste aspecto é o recurso e as características de divulgação utilizadas pela cantora, palavras como fofoca, o suspense do diálogo com Leonardo DiCaprio e todo esse interesse estão sendo direcionados ao público jovem, essa descrição não é meramente para o grupo, mas como esse grupo pode ser lido pelas estratégias da cantora, quais são as temáticas que interessam a eles através da abordagem utilizada, esse caminho diz mais sobre a visão daqueles que pronunciam do que os que estão sendo pronunciados.

Figura 3 - Falas da Cantora Anitta retiradas do Twitter em formato Screenshot sobre a importância de os Jovens brasileiros retirarem o título de eleitor.



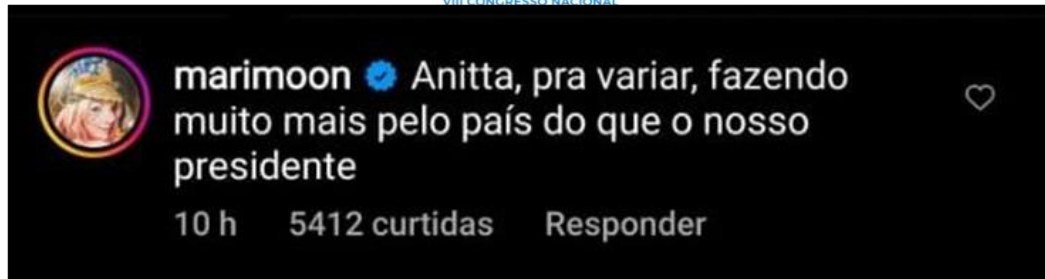
Fonte: Twitter.

Na Figura 4, trazemos como contribuição da análise do discurso o apoio de uma figura publica que segue, em concordância as falas de Anitta, contribui para a regulação dos discursos de manifestação política dos jovens.

Figura 4: Screenshot de um comentário feito por Mariana de Souza Alves Lima<sup>6</sup> na publicação do Instagram da página @Alfinetei que divulgava as falas da cantora Anitta no Twitter — constadas na figura anterior —.

<sup>6</sup> Mariana de Souza Alves de Lima, com nome artístico de Marimoom, é apresentadora e influenciadora brasileira.

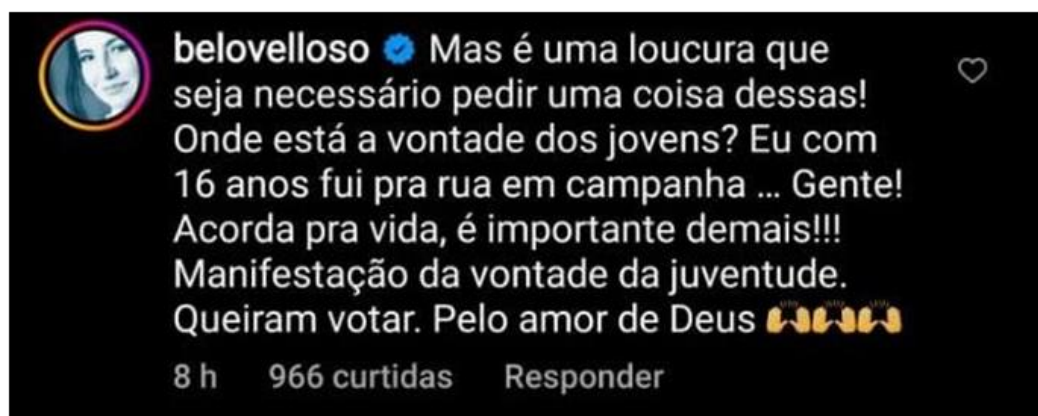




Fonte: Twitter.

Na sequência das Figuras 3 e 4, temos a continuidade dessa leitura de forma consequencial, como o posicionamento de uma figura pública é aplaudida por parte do grupo que utiliza as redes sociais. Aqui não cabe exclusivamente uma crítica a cantora Anitta, mas sim a representação de uma figura pública nas redes e como o seu discurso é lido enquanto um discurso de milhões, aquela que simboliza uma agente política, essa representação destoa quando nos deparamos com a Figura 5, pois nele o discurso é direcionado a atitude de centavos dos jovens brasileiros. A pergunta realizada “onde está a vontade dos jovens?” remete a um lugar de desinteresse ou apatia pela política, antecedida da afirmação “é uma loucura que seja necessário pedir uma coisa dessas” revela mais uma vez que aquele que direciona a fala só consegue erguer seu pensamento partindo das regras do jogo, ou seja, falando sobre os jovens e não com os jovens.

Figura 5: Screenshot de um comentário feito por Isabel Teles Velloso de Mesquita<sup>7</sup> na publicação do Instagram da página @Alfinetei que divulgava as falas da cantora Anitta no Twitter — constadas na figura 3 —.



Fonte: Twitter.

<sup>7</sup> Isabel Teles Velloso de Mesquita, mais conhecida como Belô Velloso, é cantora e compositora brasileira.



Este diálogo de publicações e comentários alertam para quais discursos a campanha lê sobre os jovens enquanto aqueles que precisam “ocupar” seu lugar politicamente, esse discurso aligeirado desconsidera que parte dos jovens que hoje possuem 16 ou 17 anos, são estudantes de escola pública que, após dois anos de pandemia, chegam agora ao Ensino Médio e nessa transição foram extremamente afetados pelo ensino remoto, em que as desigualdades atuaram de maneira ainda mais latente. Considerando o papel da escola na formação cidadã, é um dos espaços possíveis para dialogar sobre cidadania. O posicionamento ao voto por parte dos jovens de 16 e 17 anos vem sendo cobrado, mas devemos nos questionar como esses jovens estão sendo orientados.

### **DESIGUALDADE EDUCACIONAL: UMA PARTE DO PROBLEMA**

Países no mundo todo estão tentando se reerguer das consequências sociais causadas pela pandemia da Covid-19, e, no Brasil a educação acabou sofrendo um grande (baque) retrocesso. Segundo um relatório publicado em abril de 2021 pelo Fundo das Nações Unidas pela Infância (UNICEF), em 2019, um percentual de 2,7% (40.382.908) da população de 4 a 17 anos não completou a educação básica. As motivações para a evasão escolar englobam questões de vulnerabilidade social, renda, raça e um dos principais motivos para crianças de 11 a 14 anos não frequentarem a escola é por causa do trabalho ou a procura por esse.

Diante disso, e considerando as problemáticas maiores trazidas pela pandemia, não podemos negar a grande discrepância na quantidade de pessoas que se encontram fora da escola, um dos lugares fundamentais que implicam no acesso a informações básicas acerca da cidadania, dos direitos políticos e sociais, democracia e conscientização ao voto. O que nos leva a refletir que parte desses jovens que a campanha “Seu Voto Importa” conclamava estão em pouco diálogo direto com as escolas e não necessariamente estão em outros espaços de conscientização. Atrelar essa ausência de diálogo com uma formação cidadã nos leva a perguntar se a emissão de um título de eleitor é o suficiente para ser cidadão. Olhar para desigualdade educacional com cautela é um entrave que leva a indagação de que a mera emissão de título, como propõe a campanha “Olha o barulhinho” e as outras mobilizações aqui apresentadas, não assegura necessariamente o exercício da cidadania. Esse pode ser até um dos caminhos apontados para tal, mas existe um longo percurso entre emitir o título de eleitor de um indivíduo e garantir sua cidadania.



Trazer à tona esse comparativo é um ponto de partida para apontar a formação cidadã como um aspecto entrelaçado a desigualdade educacional, ressaltando que a leitura que foi realizada nas redes sociais a respeito de subjugar esses jovens enquanto “desinteressados” esconde o elo entre essas duas camadas, levantando que a evasão escolar pode se revelar um terceiro componente desse elo.

## CONCLUSÃO

Com isso, a realização do trabalho se ateve a um levantamento inicial das problemáticas em questão, fruto de um reflexo das discussões realizadas no processo de formação da licenciatura em ciências sociais, essas inquietações e problematizações fazem parte da formação das licenciandas e servem também a considerações futuras na realização do estágio curricular supervisionado docente.

Em sentido conclusivo, diante de tais campanhas de mobilização e posicionamentos de pessoas influentes nas redes sociais (cantores, atores, políticos, blogueiros) nos leva a refletir o que no Brasil se entende por cidadania e como ela é aplicada a vida em sociedade. O voto é um avanço “de milhões”, conquistado a duras penas pelo grupo dos “excluídos” e não se pode negar seu valor, mas é necessário pensar em como se dá a cobrança ao posicionamento dos jovens brasileiros entre de 16 e 17 anos e em como esse grupo está sendo amparado em sua posição social-econômica ou em seu acesso a conscientização política.

A verificação dos dados trazidos, implementa que o amparo aos jovens não se estabeleceu enquanto prioridade inicial na formulação da campanha. Não é possível afirmar se os influenciadores e sujeitos imbuídos nessa discussão compreendem essa problemática ou se as rinhãs políticas e ideológicas falam mais alto para alguns(as), mas concluímos que uma postagem em uma rede social - como o Twitter com seu limite de 280 caracteres - ou um comentário em publicação do Instagram, ainda não se faz suficiente para alcançar demandas tão fundamentais e necessárias à formação cidadã.

Tampouco, responsabilizar os jovens brasileiros pela suposta urgência de participação política, quando pontuada diante do cenário pré-eleições presidenciais no Brasil, não é um discurso puramente democrático, é um discurso que revela uma projeção de esperança ou responsabilidade de que esses jovens mudem o rumo ou consertem o destino daqueles que ocupam os cargos políticos atualmente. É importante destacar e elucidar que um dos objetivos conclusivos deste trabalho é alavancar um debate futuro e próximo ao se perguntar quais



suportes possuem esses jovens para serem líderes como responsáveis por tamanha mudança, justamente nos 45 minutos do segundo tempo — tão próximo as eleições presidenciais —, essa não deveria ser uma preocupação anterior?

Essas indagações não se pretendem a um caráter conclusivo do debate, mas sim propor um levantamento inicial de novos horizontes que priorizem e possibilitem apontar os jovens como um caminho possível para as modificações políticas e sociais no Brasil. Desde que, sejam eles em seu princípio, fundamentados em sua autonomia e pensamento crítico. Com a prerrogativa de que, a base para se pensar cidadania não pode ser contida na mera emissão de um título de eleitor, mas sim na construção e formação com os jovens brasileiros, relevando a urgente necessidade em inicialmente alimentar políticas de base para o diálogo com um pensamento crítico dos jovens, sendo orientados a assegurar uma cidadania crítica.

## REFERÊNCIAS

ANITTA. Twitter, 2021. Disponível em: <[https://twitter.com/Anitta/status/1521580007516258304?ref\\_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1521875552101044224%7Ctwgr%5E%7Ctwcon%5Es3\\_&ef\\_url=https%3A%2F%2Fd21362673351900514855.ampproject.net%2F2205270638004%2Fframe.html](https://twitter.com/Anitta/status/1521580007516258304?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1521875552101044224%7Ctwgr%5E%7Ctwcon%5Es3_&ef_url=https%3A%2F%2Fd21362673351900514855.ampproject.net%2F2205270638004%2Fframe.html)>. Acesso em: 15 mai. 2022.

ASCOM, Tribunal de Superior Eleitoral. Ascom TSE. **Youtube**, 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CR3NL5RNOWU&t=1s>>. Acesso em: 14 Jun. 2022.

ASCOM, Tribunal de Superior Eleitoral. Bora Votar: Conheça a nova campanha para o eleitorado jovem. **Tribunal Superior Eleitoral**, 2021. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2021/Setembro/bora-votar-conheca-a-nova-campanha-para-o-eleitorado-jovem>>. Acesso em: 14 Jun. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 14 Jun. 2021.

BARULHINHO, Central do. **Central do Barulhinho**, 2022. Disponível em: <<https://www.olhaobarulhinho.com/>>. Acesso em: 10 de maio de 2022.

ELEITORAL, Tribunal Superior. Número de novos títulos eleitorais entre jovens cresceu quase 28% de fevereiro para março. **Tribunal Superior Eleitoral**, 2021. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2022/Abril/numero-de-novos-titulos-eleitorais-entre-jovens-cresceu-quase-28-de-fevereiro-para-marco>>. Acesso em: 9 de maio de 2022.

MARCUSCHI, Luiz A.; XAVIER, Antonio C. **Hipertexto e gêneros digitais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005 p. 13-67.



MORENO, Alejandro. Superar a exclusão, conquistar a equidade: reformas, políticas e capacidades do âmbito social. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Caracas: Unesco, 2005.

NOTÍCIA, Agência Câmara de. **Câmara dos Deputados**, 2008. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/122465-conheca-a-historia-do-voto-no-brasil/>>. Acesso em: 10 Mai. 2022.

UNICEF, Brasil. Cenário da Exclusão Escolar no Brasil. **Cenpec Educação**, 2021. Disponível em: < <https://www.unicef.org/brazil/media/14026/file/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil.pdf> > Acesso em: 9 Mai. 2021.